



PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE – PNPSB

PNUD BRA/08/012 - CONTRATO 2010/000926
TDR Nº 134873

Produto 2: Avaliação da constituição e do andamento das estruturas de gestão constituídas pelos estados do AP, PA, MT, AC, RO, AM em 2010 para a cadeia de castanha-do-brasil e sua integração à estratégia do governo federal

Luciana Rocha de Mendonça
Consultora

Brasília, Julho de 2011

Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB

Coordenação PNPSB:

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor (Secretaria de Agricultura Familiar)

Arnoldo A. de Campos

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Diretora de Extrativismo (Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável)

Cláudia Maria Calório

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

Diretor de Apoio à Produção Alimentar e Acesso à Alimentação - SESAN

João Marcelo Intini

Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Diretor de Política Agrícola e Informações

Silvio Isopo Porto

Equipe técnica:

Luiz Rebelatto – MDA

Mônica Souza – MDA

Júlio Pinho – MMA

Cláudia Souza – MMA

Wagneide Rodrigues – MMA

Hétel Santos – MDS

Eduardo Soares – CONAB

Ianelli Loureiro – CONAB

Humberto Pennacchio – CONAB

Luciana Rocha – PNPSB

Secretaria Executiva do PNPSB:

Laura de Souza

planosociobio@mda.gov.br

<http://comunidades.mda.gov.br>

Apoio:



Ministério do
Meio
Ambiente

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério do
Desenvolvimento
Agrário



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO	5
1.1 Dados Cadastrais do Consultor	5
1.2 Dados Cadastrais do Termo	5
1.3 Descrição do Produto	5
2. DESCRIÇÃO DO TERMO	6
2.1 Introdução	6
2.2 Objetivo da Consultoria.....	7
2.3 Atividades e Metodologia de Trabalho	7
2.4 Cronograma	8
2.5 Formas de Pagamento.....	8
3. DESCRIÇÃO DO PRODUTO	9
3.1 Introdução	9
3.2 Resumo executivo	10
3.3 Constituição das instâncias de governança estaduais	11
3.3.1 Contextualização: o início do PNPSB	11
3.3.2 A relação entre os grupos de trabalho (GTs) das cadeias de valor e APLs prioritários, as instâncias estaduais de governança e a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade	13
3.3.3 Características das instâncias estaduais de governança: tamanho, funcionamento, atribuições	16
3.3.4 Análise dos desafios enfrentados nas instâncias estaduais de governança e possibilidades de integração com estratégias do PNPSB.....	21
3.4 Recomendações e Conclusões	28
4. ANEXOS	29

SIGLAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APLs – Arranjos Produtivos Locais
CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
DEX – Departamento de Extrativismo
DGRAV – Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GTZ/GIZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (Cooperação Técnica Alemã)
MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONG – Organização Não-Governamental
PCTAFs - Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
PNPSB - Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos
PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAF – Secretaria da Agricultura Familiar
SAIP – Secretaria de Articulação Institucional e Parceria
SEBRAE – Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO

1.1 Dados Cadastrais do Consultor

PROPONENTE Luciana Rocha de Mendonça		CPF 251.915.018-10	
TERMO DE REFERÊNCIA Nº 134873		Nº DO CONTRATO 2010/000926	
ENDEREÇO: Rua Recanto da Lagoa, 22A – Alagoinhas Velha			
CIDADE Alagoinhas	UF BA	CEP 48030-310	DDD/TELEFONE (61) 8161-7363
Conta Corrente nº 17609-5	Banco Brasil	Agência 1343-9	e-mail lurocha@usp.br

1.2 Dados Cadastrais do Termo

TÍTULO DO PROJETO		PERÍODO DE EXECUÇÃO	
		INÍCIO 29/11/2010	TÉRMINO 30/09/2011
IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO Projeto PRODOC BRA/08/012 – Programa de Apoio ao Agroextrativismo			

1.3 Descrição do Produto

De acordo com o Termo de Referência Nº 134873 do Projeto PNUD BRA/08/012, o Produto 2 corresponde à “Avaliação da constituição e do andamento das estruturas de gestão constituídas pelos estados do AP, PA, MT, AC, RO, AM em 2010 para a cadeia de castanha-do-brasil e sua integração à estratégia do governo federal”. O valor do Produto 2 é de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) correspondente a 20% do valor do contrato. Neste período foram realizadas viagens aos estados do MT e AM correspondentes à atuação do projeto.

2. DESCRIÇÃO DO TERMO

2.1 Introdução

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade que tem como principal objetivo desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis, é uma estratégia do governo federal de articular as políticas de governo voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, geração de renda e justiça social. O Plano propõe linhas de ação, fontes de recursos e um sistema de gestão compartilhado e descentralizado, visando ao fortalecimento das cadeias produtivas e à consolidação de mercados sustentáveis para os produtos e serviços da sociobiodiversidade oriundos de territórios ocupados por povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

Construído coletivamente por meio da articulação entre diversos órgãos do Governo Federal, coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e CONAB, a plataforma do Plano contou com a realização de 7 seminários – 6 regionais e 1 nacional –, abrangendo os diversos biomas brasileiros, para colher, junto ao conjunto de atores que compõem as cadeias produtivas (governo nos diversos níveis, academia e sociedade civil – comunitários e empresários), subsídios para elaboração de um plano de caráter nacional e integrado.

Priorizou-se a melhoria do acesso à comercialização dos produtos da sociobiodiversidade através de negócios sustentáveis com empresas ou através de cooperativas, vislumbrando um aumento significativo da renda e do número de famílias envolvidas e gerando impactos socioambientais e econômicos positivos.

Neste contexto, o Projeto BRA/08/012 tem como objetivo contribuir para o fortalecimento econômico e social das comunidades extrativistas, promovendo o uso sustentável e a conservação da biodiversidade. Tem também, como um de seus objetivos, coordenar iniciativas governamentais e não-governamentais de apoio ao agroextrativismo, entre as quais articular a implementação de políticas públicas em benefício das comunidades tradicionais. Dentre as suas principais tarefas específicas está a de apoiar o desenvolvimento de cadeias e arranjos produtivos baseados nos recursos da sociobiodiversidade. Tornando-se fundamental unir os esforços no nível macro-governamental com as estratégias já estabelecidas pela Coordenação do PNPSB (MDA, MMA, MDS e CONAB). Essa ação acontece com o fortalecimento das iniciativas já em andamento, de organização produtiva e promoção comercial (Feiras Nacionais e Internacionais, redes de comercialização), parcerias e diálogo com o setor empresarial.

2.2 Objetivo da Consultoria

Desenvolver análises e estudos para subsidiar a Secretaria Executiva e Coordenação do Plano Nacional da Sociobiodiversidade na gestão de suas ações e operacionalização da implantação e monitoramento dos Planos de Ação da Cadeia da Castanha do Brasil no ano de 2010 e 2011, além da sistematização e avaliação das ações propostas para esses planos nos governos federal e estaduais, nesses dois anos.

2.3 Atividades e Metodologia de Trabalho

- Propor à Coordenação do PNPSB formas de comunicação, diálogo e aproximação dessa Coordenação aos diversos órgãos e instituições ligados à promoção dos produtos da sociobiodiversidade no nível nacional e estadual;
- Levantamento de informações em diversas fontes, incluindo participação em eventos relacionados ao tema da sociobiodiversidade (seminários, oficinas, feiras, rodadas de negócios, reuniões, encontros e workshops), para subsidiar a Coordenação do PNPSB;
- Avaliar e subsidiar os impactos das ações de promoção de produtos da sociobiodiversidade desenvolvidas pelas entidades parceiras do PNPSB nos estados e no governo federal, sobre o público-alvo;
- Facilitar e monitorar as ações e atividades que os ministérios e parceiros do PNPSB são os responsáveis pela implementação, junto à cadeia da Castanha-do-Brasil;
- Propor à Coordenação do PNPSB e Equipe Técnica dos ministérios e parceiros ações que necessitem de conhecimento técnico específico sobre a cadeia da castanha do Brasil;
- Fornecer subsídios técnicos para implementação dos comitês estaduais, analisar as ações destes espaços de discussão do PNPSB nos estados, e facilitar a articulação de suas decisões com a coordenação técnica e política do PNPSB e a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade;
- Fornecer subsídios técnicos para a implementação da Câmara Nacional da Sociobiodiversidade referente à agenda da Castanha-do-Brasil, analisar suas atividades, e facilitar a articulação de suas ações com estados e demais instâncias técnicas e políticas do PNPSB;
- Facilitar a articulação dos empreendimentos da cadeia da Castanha-do-Brasil nos estados prioritários com suas instâncias técnicas e políticas para construção de mercados, através de parcerias com o setor empresarial, produção associada ao turismo, feiras e eventos.

Estas atividades serão desenvolvidas a partir de:

- Coletas de dados em fontes primárias (entrevistas semi-estruturadas com atores-chave para a cadeia da castanha em seminários, workshops e reuniões, entre outros momentos) e secundárias

(levantamentos de informações científicas em livros, apresentações, artigos científicos, relatórios, etc);

- Metodologias participativas para articular a implementação de comitês estaduais e da Câmara Nacional da Sociobiodiversidade, sua inter-relação e dessas instâncias com os empreendimentos produtivos da castanha-do-brasil no nível micro;
- Articulação e promoção de diálogo com instituições (reuniões bilaterais, encontros, oficinas de trabalho, seminários, etc) que possam apoiar o desenvolvimento dos produtos da sociobiodiversidade;
- Monitoramento e verificação periódica do status das ações previstas pelos ministérios e parceiros do PNPSB para fortalecimento da cadeia da castanha-do-brasil.

2.4 Cronograma

Quadro 1 . Cronograma por bimestre

Produto	Bimestre				
	1º	2º	3º	4º	5º
1. Sistematização e avaliação das ações realizadas no âmbito do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva da Castanha-do-Brasil em 2010	X				
2. Avaliação da constituição e do andamento das estruturas de gestão constituídas pelos estados do AP, PA, MT, AC, RO, AM em 2010 para a cadeia de castanha do Brasil e sua integração à estratégia do governo federal			X		
3. Avaliação do andamento dos planos de ação estaduais e sua integração à estratégia do governo federal no ano de 2011			X		
4. Relatório Técnico de avaliação da estratégia de comercialização empregada para promoção da cadeia da castanha do Brasil no âmbito do PNPSB nos anos de 2010 e 2011				X	
5. Sistematização e avaliação das ações realizadas no âmbito do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva da Castanha-do-Brasil em 2011					X

2.5 Formas de Pagamento

O valor total do contrato é de R\$ 105.000,00, sendo R\$ 82.000,00 para remuneração e R\$ 23.000,00 para custear passagens e diárias necessárias para a realização de viagens previstas ao longo do contrato.

A duração dos trabalhos descritos no TDR está prevista para 10 meses, contados a partir de 29/11/2010. A forma de remuneração dos serviços é por preço global, sendo o pagamento efetuado contra a apresentação e aprovação dos produtos relacionados, da seguinte maneira:

- 10% após entrega e aprovação da “Sistematização e avaliação das ações realizadas no âmbito do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva da Castanha-do-Brasil em 2010” (produto 1);
- 20% após entrega e aprovação da “Avaliação da constituição e do andamento das estruturas de gestão constituídas pelos estados do AP, PA, MT, AC, RO, AM em 2010 para a cadeia de Castanha-do-Brasil e sua integração à estratégia do governo federal” (produto 2);
- 20% após entrega e aprovação da “Avaliação do andamento dos planos de ação estaduais e sua integração à estratégia do governo federal no ano de 2011” (produto 3);
- 20% após entrega e aprovação do “Relatório Técnico de avaliação da estratégia de comercialização empregada para promoção da cadeia da Castanha-do-Brasil no âmbito do PNPSB nos anos de 2010 e 2011” (produto 4);
- 30% após entrega e aprovação da “Sistematização e avaliação das ações realizadas no âmbito do Plano de Ação Governamental da Cadeia Produtiva da Castanha-do-Brasil em 2011” (produto 5).

3. DESCRIÇÃO DO PRODUTO

3.1 Introdução

Este capítulo apresenta o Produto 2: Avaliação da constituição e do andamento das estruturas de gestão constituídas pelos estados do AP, PA, MT, AC, RO, AM em 2010 para a cadeia de castanha-do-brasil e sua integração à estratégia do governo federal.

Para sua elaboração foram utilizados como insumos e material:

- A Portaria 239 de 21 de julho de 2009 que estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências e onde constam objetivos geral e específicos do PNPSB;
- O “Plano de Ação da Cadeia da Castanha-do-Brasil” elaborado com base nas demandas apresentadas nos seminários regionais e no nacional desde 2007;
- O “Plano de Ação Governamental 2010 para o PNPSB”, gerado em uma oficina de trabalho entre Equipe Técnica e Coordenação do PNPSB no início de 2010, nele foram detalhadas metas prioritárias, atividades e responsabilidades a partir da análise das ações realizadas em 2009 e do contexto previsto para 2010;
- O “Planejamento 2011-2014”, iniciado em uma oficina de trabalho de dois dias conduzida por um facilitador externo e realizada com a participação de membros da Equipe Técnica e Coordenação do PNPSB. A partir das metas estabelecidas nessa oficina, cada membro do

PNPSB detalhou as ações e atividades necessárias para alcançar resultados desde 2011 até 2014.

- O “Balanço da Sociobiodiversidade 2010”, apresentação utilizada no 2º. Encontro dos Pontos Focais do PNPSB realizado em 31 de maio e 01 de junho de 2011, com dados até dezembro de 2010.

Este capítulo está organizado de acordo com a seguinte estrutura:

- Introdução
- Resumo executivo
- Constituição das instâncias de governança estaduais
 - Contextualização: o início do PNPSB
 - A relação entre os grupos de trabalho (GTs) das cadeias de valor e APLs prioritários, as instâncias estaduais de governança e a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade
 - Características das instâncias estaduais de governança: tamanho, funcionamento, atribuições
 - Análise dos desafios enfrentados nas instâncias estaduais de governança e possibilidades de integração com estratégias do PNPSB
- Recomendações e conclusões

3.2 Resumo executivo

A partir de um conjunto de seminários realizados em todas as regiões do Brasil foram definidas e mapeadas as cadeias de valor prioritárias: castanha-do-brasil, seringa/borracha, andiroba, copaíba, piaçava, açaí, babaçu, buriti, pequi utilizando a metodologia Value Links-Biodiversidade. Diante da importância socioeconômica para suas regiões e dos gargalos e oportunidades vislumbrados nas análises dessas cadeias foi proposta a criação de grupos de trabalho (GTs) e APLs, no nível micro, e priorizados dois produtos para serem trabalhados numa parceria entre o nível federal, através da Coordenação do PNPSB, e os estados, em suas Câmaras Estaduais da Sociobiodiversidade: castanha-do-brasil e coco babaçu.

Até o final de 2010 foram criados 3 Câmaras ou Comissões Estaduais nos 6 estados prioritários para o plano de ação da castanha-do-brasil: Amazonas, Mato Grosso e Pará. No Acre o Grupo de Trabalho permaneceu informal. O Amapá encerrou o ano com a minuta da portaria de criação de sua Câmara Estadual em tramitação e a formalizou em março de 2011 (com revisão em junho de 2011). Em Rondônia ainda é necessário aprofundar a articulação para que o estado se envolva com o PNPSB, uma vez que, apesar de ter indicado um ponto focal, ele nunca participou das atividades promovidas pelo PNPSB (reuniões, seminários, oficinas) ou informou o andamento de suas ações.

Em cada estado o processo de criação da instância estadual de governança ocorreu de uma maneira diferente, assim, apesar das orientações gerais em termos de composição, tamanho, funcionamento e atribuições feitas pela Coordenação do PNPSB, os resultados e os níveis de interlocução desses grupos com as bases vêm sendo distintos.

Diante dos diferentes contextos vividos em cada estado há muitos desafios a serem superados para que as instâncias de governança estaduais se consolidem como grupos efetivamente representativos dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares que trabalham com produtos da sociobiodiversidade. Acre e Rondônia, além de outros estados prioritários para a cadeia de valor do babaçu, precisam de mais apoio e incentivo da Coordenação do PNPSB para a criação e/ou formalização de suas Câmaras da Sociobiodiversidade. Além desses, há os:

1. Desafios estruturais – são questões anteriores à existência da instância de governança estadual, ou que não dependem apenas de sua capacidade de deliberação para serem superadas.
2. Desafios de gestão – se relacionam ao funcionamento da instância de governança estadual em si.
3. Desafios de articulação – se relacionam às dificuldades trabalho em conjunto entre os membros da instância de governança estadual ou da integração destes com os grupos locais que representam as bases das cadeias de valor (GTs e APLs) ou com outras organizações relevantes para o tema no estado.

Mais do que a constituição e formalização de estruturas de gestão nos estados, é fundamental que as organizações estaduais assumam seus papéis no fortalecimento da cadeia de valor da castanha-do-brasil e de outros PFNM. As Câmaras Estaduais da Sociobiodiversidade precisam: conhecer os gargalos dessas cadeias; identificar as oportunidades e recursos que elas podem aproveitar; promover o diálogo e as parcerias entre os diferentes elos dessas cadeias; superar preconceitos; e criar um ambiente positivo para a troca de experiências.

3.3 Constituição das instâncias de governança estaduais

3.3.1 Contextualização: o início do PNPSB

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB) surgiu de uma articulação dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), e, posteriormente, da Companhia

Nacional de Abastecimento (CONAB). Desde o início estas instituições contaram com o apoio da GIZ, através de seus Projetos de Cooperação Técnica.

Todo o processo de construção do PNPSB foi baseado em 7 Seminários Regionais e 1 Fórum de Diálogo com o Setor Empresarial, que, entre setembro de 2007 e junho de 2008, abrangeram mais de 700 pessoas, nos diversos biomas brasileiros e 1 Seminário Nacional, realizado em julho de 2008, em Brasília-DF. Estes momentos foram úteis para colher subsídios e orientações de parceiros governamentais, da sociedade civil, do setor empresarial, das organizações de pesquisa e de representantes de agricultores familiares e extrativistas para a definição das prioridades do PNPSB. E para análise da sua proposta de gestão composta por: um Grupo de Coordenação (MMA, MDA, MDS e CONAB) com funções deliberativas e operacionais; uma Câmara Nacional da Sociobiodiversidade com funções consultivas; grupos de articulação regionais; e grupos de ação por cadeia.

Os objetivos do Governo Federal com o PNPSB são:

- a) fortalecer e integrar as diferentes políticas já existentes no âmbito Federal e,
- b) fortalecer as cadeias de valor e arranjos produtivos locais (APLs),
- c) consolidar o mercado sustentável para os produtos oriundos da sociobiodiversidade brasileira.

A partir dos produtos priorizados nos Seminários Regionais foram feitas as análises de algumas cadeias de valor, consideradas chave em suas regiões: castanha-do-brasil, borracha, andiroba, copaíba, piaçava, açaí, babaçu, buriti, pequi. Essas análises identificaram gargalos e oportunidades e geraram propostas de planos de ação e grupos de gestão para os APLs de cada um desses produtos. Também indicaram a necessidade de reuniões bilaterais entre a Coordenação do PNPSB e os governos dos estados onde existem esses produtos para a criação de grupos de articulação regionais, que posteriormente, se tornaram as instâncias de governança do PNPSB nos estados.

A Metodologia Value Links, que vem sendo desenvolvida pela GIZ, foi adaptada para contemplar as análises dessas cadeias de produtos da sociobiodiversidade, tornando-se a metodologia Value Links-Biodiversidade, que utiliza uma abordagem sistêmica, participativa e descentralizada para a construção de empreendimentos sustentáveis e uma visão estratégica de apoio e fomento às cadeias de valor e APLs. Ela possibilita o envolvimento de todos os atores dos elos da cadeia, tais como os povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares, os empreendimentos produtivos (comunitários), as empresas, os órgãos governamentais e as organizações da sociedade civil.

Neste contexto, desde 2009, quando foi oficializado pela Portaria 239 de 21/07/09, o PNPSB priorizou duas cadeias de âmbito nacional: castanha-do-brasil (bioma Amazônia) e babaçu (zona de transição entre Amazônia e Cerrado), por sua representatividade socioeconômica nessas regiões.

3.3.2 A relação entre os grupos de trabalho (GTs) das cadeias de valor e APLs prioritários, as instâncias estaduais de governança e a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade

A estrutura de governança do PNPSB prevê a existência de um Grupo de Coordenação do Plano Nacional, composto por representantes do MDA, MDS, MMA e CONAB com atribuições operacionais e deliberativas, definidas na portaria 239:

- I – articular as ações de Governo para implementação do Plano Nacional;
- II – selecionar as cadeias de produtos prioritárias e estabelecer as diretrizes para elaboração e implementação dos seus respectivos planos de ação; e
- III – propor a criação, a composição e as atribuições da Câmara Setorial por cadeia e organizar as suas reuniões.

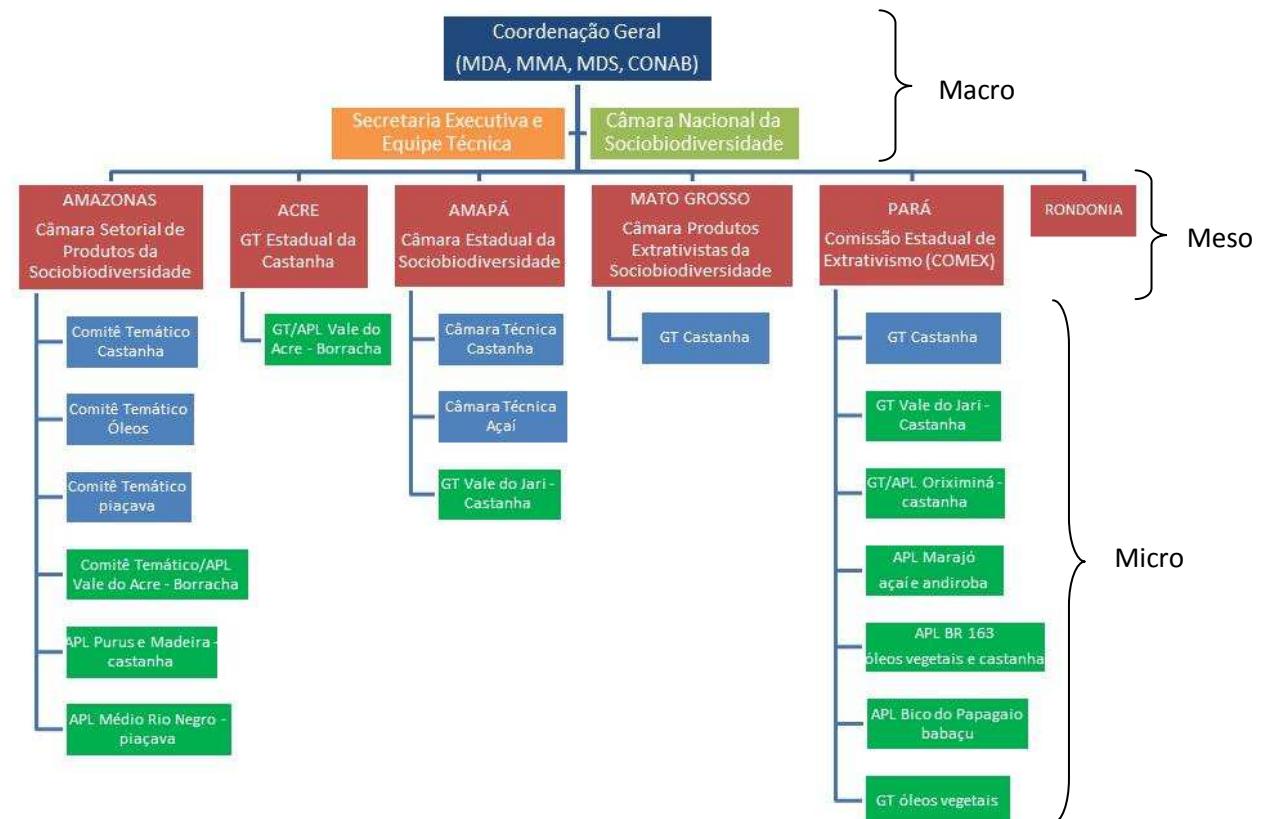
A Câmara Nacional da Sociobiodiversidade, inicialmente, com um Grupo de Trabalho da Castanha-do-Brasil e um Grupo de Trabalho do Coco Babaçu, prevê sua composição por representantes dos 10 estados prioritários para o PNPSB (AC, AP, AM, MT, PA, RO, CE, MA, PI, TO), da Rede de Serviços, das organizações produtivas e representativas dos PCTAFs, de órgãos de pesquisa e do setor empresarial. Suas atribuições são consultivas e vinculadas à Coordenação do PNPSB.

Além disso, a Coordenação do PNPSB propôs aos estados a criação de instâncias estaduais de governança que fossem vinculadas ao PNPSB, no nível macro, e, ao mesmo tempo, a Grupos de Trabalho (GTs), Arranjos Produtivos Locais (APLs) ou outras formas de organização representativa dos extrativistas no nível micro, gerando assim, níveis meso de cooperação e articulação para facilitar a gestão integrada do PNPSB.

A figura a seguir representa a relação entre os níveis de gestão do PNPSB nos estados prioritários para a cadeia da castanha-do-brasil: nível macro, representado pelos 3 retângulos superiores; nível meso, pelos retângulos vermelhos; e nível micro, composto pelos retângulos azuis-claros e verdes-claros. Os retângulos azuis-claros representam os grupos de trabalho criados por organizações interessadas nesses temas nos estados, o que aconteceu sem necessariamente ter havido o estímulo do PNPSB. Os retângulos verdes-claros, por sua vez, foram frutos de intervenções resultantes das análises das cadeias de valor priorizadas nos Seminários Regionais e que geraram grupos de ação por cadeia utilizando a proposta de criação de arranjos produtivos locais (APLs). No

estado de Rondônia as interlocuções ainda não geraram grupos de trabalho nem APLs vinculados ao PNPSB.

Figura 1: A relação entre os níveis macro e meso do PNPSB



Sendo assim, com maior ou menor facilidade e abertura para o tema, os estados foram formalizando suas estruturas de governança e agregaram a elas outros produtos, além dos priorizados pelo PNPSB, de acordo com as necessidades e/ou pressões regionais.

O Acre e o Amazonas já possuíam Grupos de Trabalho informais sobre castanha-do-brasil que se reuniam periodicamente. O Pará havia formalizado a criação da Comissão Estadual de Extrativismo (COMEX) no ano anterior, mas ela ainda não estava em operação. Os outros estados amazônicos demonstraram interesse pela proposta.

Até o final de 2010 foram criados 3 Câmaras ou Comissões Estaduais nos 6 estados prioritários para o plano de ação da castanha-do-brasil: Amazonas, Mato Grosso e Pará. No Acre o Grupo de Trabalho permaneceu informal. O Amapá encerrou o ano com a minuta da portaria de criação de sua Câmara Estadual em tramitação e a formalizou em março de 2011 (com revisão em junho de 2011). Em Rondônia ainda é necessário aprofundar a articulação para que o estado se envolva com o PNPSB, uma vez que, apesar de ter indicado um ponto focal, ele nunca participou das

atividades promovidas pelo PNPSB (reuniões, seminários, oficinas) ou informou o andamento de suas ações.

No Amazonas, o estado que mais avançou na consolidação de uma instância de governança, a Câmara Setorial de Produtos da Sociobiodiversidade foi vinculada ao recém-criado Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, foram incluídos diversos outros produtos, além da castanha-do-brasil na pauta de discussão e se realizam reuniões periódicas. Membros da Câmara Setorial do Amazonas participaram ativamente das negociações de uma Parceria com o Setor Empresarial (PSE) entre Walmart e COVEMA, visando ao fortalecimento dos canais de comercialização de castanha entre ambas. Também se envolveram na proposta de uma parceria similar entre uma usina de beneficiamento de borracha, a empresa Levorin e o CNS.

O Mato Grosso, através da Câmara de Produtos Extrativistas da Sociobiodiversidade, promoveu, no primeiro semestre de 2010, um seminário sobre castanha-do-brasil que contou com a participação de membros do governo do estado, de cooperativas e associações de extrativistas e de empresários que já trabalham com o produto no estado, com o intuito de mostrar a importância dessa cultura extrativista para a conservação e uso sustentável da floresta e para a geração de riquezas para a região.

O Pará realizou algumas reuniões da COMEX e se propôs a sistematizar as ações dos diversos órgãos estaduais voltadas ao extrativismo. Esta iniciativa não obteve resultados satisfatórios, por falta de compartilhamento de informações entre os órgãos.

No Acre, o Grupo de Trabalho da Castanha-do-Brasil passou o ano de 2010 bastante fragilizado, com poucas reuniões por conta de dificuldades de articulação entre seus membros. No entanto, com apoio da Coordenação do PNPSB e da GIZ, foi realizado em setembro o “Seminário: Das Boas Práticas de Manejo ao Mercado Sustentável para a Castanha-do-Brasil” que contou com a participação de quase 80 pessoas provenientes de todos os estados da Amazônia Brasileira, representando órgãos estaduais e federais, organizações produtivas, ONGs, além de representantes da Bolívia e do Peru. O seminário teve como objetivo “identificar políticas, temas e diretrizes para subsidiar as ações do PNPSB para a Castanha-do-Brasil, partindo de suas ações e resultados em 2010, de pesquisas e estudos com foco no mercado e das diretrizes técnicas para boas práticas de manejo da castanha-do-brasil que vêm sendo construídas de forma participativa pelo MAPA”.

No Amapá realizou-se em julho de 2010, com apoio do PNPSB, uma “Oficina de Constituição da Câmara Estadual da Sociobiodiversidade” onde foi feita a revisão de uma minuta da portaria de criação dessa instância. No mês seguinte, no entanto, aconteceram diversas mudanças no governo do estado e o ponto focal foi redefinido, com isso, a tramitação da portaria estadual foi prejudicada e

até o final de 2010 ainda não havia sido homologada. Em 2011, o tema retornou para o IEF (Instituto Estadual de Florestas) e a Câmara Setorial da Sociobiodiversidade do Estado do Amapá foi oficializada por decreto estadual em 21/03/2011 e revista em junho/2011.

3.3.3 Características das instâncias estaduais de governança: tamanho, funcionamento, atribuições

Em cada estado o processo de criação da instância estadual de governança ocorreu de uma maneira diferente, assim, apesar das orientações gerais em termos de composição, tamanho, funcionamento e atribuições feitas pela Coordenação do PNPSB, os resultados e os níveis de interlocução desses grupos com as bases vêm sendo distintos.

Nesta seção do relatório serão comparadas as características das instâncias de governança de 4 estados – AM, AP, MT e PA – uma vez que, como já foi ressaltado anteriormente, AC e RO não as formalizaram até o momento. Algumas das possíveis razões para esse fato serão analisadas no item 3.3.4.

A Coordenação do PNPSB propôs que as instâncias de governança estaduais fossem consultivas e refletissem em sua composição a gama de atores que fazem parte das cadeias de valor priorizadas, ou seja, incluíssem, além de órgãos governamentais estaduais e federais, representantes dos empreendimentos produtivos, movimentos sociais, setor empresarial e rede de serviços. Na tabela 1, no entanto, é possível perceber que há divergências entre os tamanhos e a composição das Câmaras Estaduais da Sociobiodiversidade dos 4 estados analisados, isso se deve aos diferentes níveis de articulação dos pontos focais com os atores locais. Vale ressaltar que o AM tem um número relativamente pequeno de membros, mas que abrange mais organizações nos Comitês Temáticos específicos das cadeias e que há, no MT, disposição para incluir membros que representem a sociedade civil e os movimentos sociais, de forma a equilibrar a participação de ONGs nas discussões.

Todos preveem a criação de GTs e comitês internos para discussão de temas específicos, mas até o momento apenas o AM colocou isso em prática. Nos Regimentos Internos (em anexo) do AM, AP e PA são claramente definidas as atribuições dos membros em termos de comparecimento e participação nas votações, além de contribuir com as discussões e deliberações da Câmara. Isso, no entanto, tem sido um grande desafio em todos os estados. Ainda de acordo com os Regimentos Interno, as atribuições das Câmaras Estaduais são amplas e vinculadas à sua contribuição para as políticas públicas voltadas ao extrativismo. Se elas conseguirem colocar essas proposições em prática os resultados alcançados para a sociobiodiversidade serão bastante positivos.

Tabela 1 – Características das instâncias de governança

	Amazonas	Amapá	Mato Grosso	Pará
Tamanho	11 membros (6 OGs e 5 ONGs)	21 membros (11 OGs e 10 ONGs) + 6 OG como assessoria	16 membros (14 OGs e 2 ONGs)	18 membros (9 OGs e 9 ONGs) + 9 convidados (6 OG e 3 ONG)
Funcionamento	Reuniões ordinárias a cada 90 dias e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou da maioria absoluta dos membros. Em cada reunião ordinária será determinada a data da reunião subsequente. Comitês Técnicos poderão ter caráter permanente ou temporário. As reuniões terão início com a presença da maioria absoluta dos representantes, ou por decisão dos membros presentes; as deliberações serão baseadas na maioria dos presentes. Composta por instituições governamentais e ONGs com interface com as cadeias dos produtos da sociobiodiversidade.	Reuniões ordinárias 3 vezes ao ano e extraordinárias quando houver necessidade. Há previsão da criação de GTs internos (Câmaras Técnicas) permanentes ou temporárias. Reuniões se realizam com metade mais 1 dos membros em primeira chamada, ou um terço em segunda chamada ou 5 membros em terceira chamada.	Reuniões ordinárias bimestrais extraordinárias quando necessário a pedido da Coordenação da Câmara. Definição de datas na 1ª. reunião do ano. Há previsão da criação de GTs internos permanentes e temporários. Reuniões se realizam com 20% dos membros, mas votações só com 50%, com deliberações por maioria simples.	Reuniões ordinárias 3 vezes ao ano e extraordinárias por convocação do presidente ou um terço dos membros. Definição de datas na última reunião do ano anterior. Votações por maioria simples, mas se não houver quórum a decisão é transferida para a reunião seguinte e, neste caso, pode ser votada com um terço dos membros. Há previsão de GT interno com duração de 3 meses a 6 meses. Matérias em apreciação podem ter caráter de proposição (manifestações para poder executivo ou legislativo), recomendação (manifestação sobre implementação de políticas na área florestal) ou moção (manifestação relacionada à temática florestal).
Atribuições dos membros	Prestar assessoramento a Presidência, à Secretaria Executiva da CSPSB/AM e aos Comitês Técnicos, Temáticos, especialmente em assuntos de competência dos órgãos ou entidades que representam; analisar e discutir matérias em exame e propor soluções; estudar e relatar matérias que lhes forem distribuídas, podendo valer-se de assessoramento técnico; propor matérias à CSPSB/AM e aos Comitês Técnicos; compor e colaborar com as discussões dos Comitês Técnicos que for nomeado.	Comparecer as reuniões e justificar o não comparecimento; participar do planejamento e execução das atividades da Câmara, com direito a voz e voto; requerer informações, providências e esclarecimento ao coordenador e à Secretaria Executiva; participar das câmaras técnicas; presidir, quando eleito, os trabalhos das câmaras técnicas; apresentar relatórios, pareceres e informações solicitadas pelo plenário nos prazos acordados; repassar informações para o segmento social ou instituição que representa; propor temas à deliberação e ação do plenário, sob a forma de propostas e resoluções, deliberações e moções; apresentar, no prazo estabelecido, as informações de sua competência e interesse público, solicitadas pela Câmara; convocar reuniões extraordinárias; dar publicidade, no âmbito de suas competências, ao Plano de Ação Estadual de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade e aos seus instrumentos de implementação.		Manifestar-se sobre a adoção da Política Estadual de Desenvolvimento do Extrativismo; recomendações, proposições e moções pertinentes aos seus objetivos e atribuições; estabelecer cooperação com movimentos sociais, ONGs, empresas e órgãos de Pesquisa; incentivar participação democrática na gestão e regulamentação do extrativismo florestal e pesqueiro no Pará; propor ações de fomento e investimento no extrativismo florestal e pesqueiro; comparecer às reuniões; estabelecer o regimento interno; participar das atividades, com direito a voz e voto; debater e analisar; participar dos grupos e sub-grupos de Trabalho; apresentar relatórios e pareceres nos prazos fixados; sugerir temas e assuntos à deliberação do plenário; propor questões de ordem nas reuniões do plenário.
Atribuições da Câmara	Propor, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento das atividades do setor ou a elas associadas, bem como considerar as diretrizes do PNPSB. Se a instância de diálogo e representatividade junto a Câmara Nacional da Sociobiodiversidade. Ter caráter consultivo. Apresentar proposições, apoiar e acompanhar ações para o desenvolvimento do setor ou a elas associada e, demandar diagnósticos sobre os múltiplos aspectos dos segmentos da cadeia de produtos da sociobiodiversidade nos curtos, médios e longo prazo; elaborar pareceres e/ou estudos relativos aos diferentes produtos para o assessoramento dos sistemas SDS e SEPRO; encaminhar ao CDSPCT/AM: ações prioritárias aos Comitês Técnicos para contribuir com a formulação e revisão das Políticas Públicas; instrumentos legais e econômicos para o aprimoramento das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade considerando a expansão dos mercados internos e externos, bem como a geração de emprego e renda. Estabelecer calendário de reuniões, tendo em vista apoiar SDS e SEPRO quanto à formulação de Políticas Públicas destinadas aos produtos da sociobiodiversidade; acompanhar e monitorar junto aos órgãos competentes a implementação das propostas e sugestões formuladas pelo CDSPCT/AM ou SDS.	Elaborar e implementar o Plano de Ação Estadual das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade, em consonância com o Plano de Ação Nacional; definir em conjunto com os representantes das comunidades extrativistas, a partir de diagnósticos e planos, as ações prioritárias do Plano Estadual; acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Plano Estadual; fomentar ações de desenvolvimento das cadeias produtivas, visando ao alcance do extrativismo sustentável, através das boas práticas de manejo; fortalecer as organizações sociais e econômicas com informações sistematizadas quanto ao fomento das cadeias produtivas e boas práticas de manejo, a certificação ambiental e selo de qualidade dos produtos; articular a promoção de estudos, pesquisas, tecnologias e assistências técnicas voltadas à conservação dos recursos e ao desenvolvimento das cadeias produtivas.	Aprovar o regimento interno e deliberações encaminhadas ao Conselho de Desenvolvimento Agrícola - CDA; resolver as controvérsias submetidas à sua apreciação; deliberar sobre relatório anual circunstanciado das atividades da Câmara Técnica; receber e aprovar, a programação e orçamento dos programas e dos projetos da Câmara Técnica; sugerir alterações orçamentárias e fiscalizar execução dos programas e dos projetos da Câmara Técnica; discutir e aprovar estratégias, prioridades e critérios para os projetos e programas a serem apoiados pela Câmara Técnica	Propor a normatização do uso dos produtos e serviços extrativistas, florestais e pesqueiros, considerando os aspectos regionais, socioeconômicos e culturais, principalmente de uso comunitário e familiar; propor programa de ATER pública florestal e pesqueira para o desenvolvimento de cadeias produtivas extrativistas do PA e a qualificação profissional dos extrativistas; definir prioridades regionais, a serem atendidas no âmbito da Política de Desenvolvimento do Extrativismo no PA; propor estudos sobre a economia extrativista, suas potencialidades de uso e acesso a mercados sustentáveis; propor formas de apoio, crédito e incentivos fiscais adequados à realidade das populações extrativistas; propor e recomendar alteração e implementação de ações de ensino fundamental, médio e técnico voltadas aos extrativistas, de acordo com as especificidades das realidades locais; propor a regulamentação dos diversos arranjos comunidades-empresas no uso dos produtos florestais extrativistas; contribuir na implementação da política estadual extrativista; estabelecer diálogo e cooperação com as iniciativas nacionais relacionados aos temas desta comissão, tais como a PNCT e o PNPSB.

A seguir, são feitas algumas considerações sobre esses 4 estados, complementares ao conteúdo da tabela 1.

Amazonas

No Amazonas, o grupo montou uma estrutura interessante de funcionamento: a divisão em 6 Comitês Técnicos – castanha-do-brasil, borracha, piaçava, animais silvestres, pesca e peixe ornamental e povos e comunidades de terreiro – com objetivos e ações específicas para cada cadeia e a função de se relacionar com os GTs e APLs. Isso tende a dar maior agilidade para a tomada de decisão e a realização das atividades, uma vez que cada comitê pode agir num ritmo independente, mas sempre se guiando pelos objetivos da Câmara Setorial dos Produtos da Sociobiodiversidade e os Princípios da Política de Povos e Comunidades Tradicionais do Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Amazonas, ao quais estão vinculados conforme a figura a seguir:

Figura 2 – Estrutura das instâncias vinculadas à sociobiodiversidade no Amazonas



Este estado tem procurado criar e fortalecer as bases institucionais da sua Câmara da Sociobiodiversidade, por isso ela está vinculada ao Conselho de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais do Amazonas, instância prevista em lei estadual e fruto de um longo processo de mobilização da sociedade civil e movimentos sociais do estado. Isso aumenta a visibilidade e a responsabilidade da Câmara da Sociobiodiversidade no estado.

Os comitês têm se reunido periodicamente e procuram definir suas ações prioritárias de acordo com os gargalos identificados nos mapeamentos das suas cadeias de valor. Outros comitês podem ser criados desde que a solicitação seja formalizada à Câmara Setorial dos Produtos da Sociobiodiversidade por organizações já envolvidas no trabalho com a determinada cadeia de valor. Prevê-se, ainda, que os comitês atuais sejam extintos assim que alcancarem seus objetivos específicos.

Mato Grosso

O Mato Grosso criou a sua Câmara Técnica dos Produtos Extrativistas da Sociobiodiversidade em 2010 no âmbito do programa estadual denominado MT Regional e, para isso, contou com o apoio e incentivo da Coordenação do PNPSB. Atualmente, a Câmara está vinculada à SEDRAF (Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar).

Logo após a sua criação, a Câmara Técnica promoveu o “Seminário Castanha-do-Brasil na Amazônia Mato-grossense: Políticas Públicas para a Produção Sustentável” com o objetivo de avaliar e discutir as diferentes visões dos segmentos envolvidos, de modo a possibilitar a elaboração da Política Estadual para a Castanha-do-Brasil, como parte das propostas do Governo do Estado de Mato Grosso para reduzir o desmatamento e incentivar a produção sustentável.

E também vem procurando integrar suas ações com as de outros estados da Amazônia através da participação no “Seminário: Das Boas Práticas de Manejo ao Mercado Sustentável para a Castanha-do-Brasil” realizado em setembro de 2010 em Rio Branco (AC) e do intercâmbio de experiências sobre PFNM e manejo comunitário com Acre e Amazonas.

Avanços importantes para a sociobiodiversidade do estado aconteceram com a articulação e aprovação do benefício fiscal para as empresas que processam produtos não madeireiros de origem do extrativismo vegetal – Resolução do CONDEPRODEMAT 014 de 03/11/2010 – e a isenção de ICMS para operações internas para alguns produtos nativos de origem vegetal – Convênio ICMS 123/2010.

A produção de castanha-do-brasil no MT se concentra nas suas regiões norte e noroeste e sua representatividade é pequena frente ao agronegócio, principal fonte de recursos para o estado. Ainda assim, através da SEMA, houve um grande projeto financiado pelo PNUD e GEF para o uso sustentável da cadeia da castanha-do-brasil em terras indígenas, reservas extrativistas e assentamentos do noroeste do MT. A Câmara Técnica tem sido vista pelos extrativistas do estado como o primeiro canal estabelecido de comunicação com o poder público, o que aumenta as expectativas em torno dessa instância.

Esta Câmara Técnica precisa fomentar a criação de grupos de trabalho e APLs dos diversos PFNM existentes no estado (castanha-do-brasil, pequi, cumbaru, poiaia, seringa, etc) para fortalecer

os atores que estão nas bases, precisa também mapear as cadeias de valor e conhecer os gargalos que elas enfrentam, identificando ações que podem ser feitas pelos grupos locais e outras que são de sua responsabilidade. Talvez com esses pontos mais claros aumente o compromisso dos membros da Câmara com o alcance de resultados que fortaleçam o extrativismo no estado.

Pará

No Pará, a Comissão Estadual de Extrativismo (COMEX) surgiu, juntamente com a Comissão Estadual de Florestas (COMEFL), como consolidação do grupo de trabalho que discutiu as bases para a Política Estadual de Extrativismo entre 2007 e 2008. A COMEX foi criada por decreto estadual (no. 1001 de 29/05/2008) e foi sediada no Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (Ideflor). No entanto, diante das pressões sobre os recursos madeireiros no estado, a COMEF foi priorizada e a COMEX, apesar de ter sido formalizada, não foi instalada.

Quando a Coordenação do PNPSB propôs a criação de instâncias de governança nos estados, em análises feitas conjuntamente com organizações governamentais e não governamentais do Pará, percebeu-se que esta poderia ser a oportunidade para ativar e fortalecer a COMEX. Inicialmente, foi necessário realizar alguns trâmites burocráticos, como a revisão dos nomes e instituições representadas pelos membros originais, uma vez que o PNPSB sugeria, além das que já faziam parte, a inclusão de representantes de organizações de pesquisa, do governo federal e empresariais no comitê. Foi necessário identificar e convidar representantes dessas instituições para participar, seja como membros efetivos, seja como convidados nas reuniões.

Em paralelo, iniciou-se um levantamento das ações dos diversos órgãos estaduais voltadas ao extrativismo, com o intuito de identificar sobreposições e otimizar o uso dos recursos disponíveis. Entretanto, faltou compartilhamento de informações entre os órgãos. Em 2010, a COMEX realizou poucas reuniões e em 2011 seus encontros devem se iniciar apenas em agosto.

É interessante verificar que, apesar da frágil articulação da COMEX com os grupos de trabalho e os APLs, o Ideflor e outros componentes da COMEX têm participado da criação ou estão cientes das discussões realizadas por esses grupos. É necessário que o canal de comunicação entre o nível meso e micro se estabeleça e que a pauta da COMEX tenha por base os gargalos das cadeias e o apoio aos desafios enfrentados em nível local.

Amapá

O Amapá formalizou a criação da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade do Estado do Amapá apenas em 21/03/2011, vinculando-a ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) em junho de

2011. A Câmara é composta por 21 membros, sendo 11 representantes governamentais e 10 de ONGs, conta ainda com a assessoria de outros 6 órgãos do governo.

O estado já contava com grupos de discussão informais sobre castanha-do-brasil, açaí e outros PFNMs, no entanto, a articulação entre eles era frágil, assim, quando a Coordenação do PNPSB propôs a criação de uma instância de governança da sociobiodiversidade no estado, supôs-se que essa seria a oportunidade de integrar suas propostas.

Este processo foi lento e, em dois momentos, representantes do PNPSB estiveram no estado para apoiá-lo com a condução de oficinas de trabalho com organizações locais para analisar e propor uma minuta da portaria de criação dessa instância. Quando as questões técnicas e de articulação foram superadas, surgiram questões políticas e a tramitação da portaria estadual foi prejudicada até o final de 2010.

Em 2011, o cenário se modificou e isso pode ser considerado positivo, uma vez que, até junho, o estado promoveu o “Primeiro Encontro Estadual da Sociobiodiversidade”, que contou com 56 instituições representadas por 118 participantes. E neste evento foi discutida e proposta a Carta da Sociobiodiversidade: *“Cuidando da floresta, cuidamos de nós.”*

3.3.4 Análise dos desafios enfrentados nas instâncias estaduais de governança e possibilidades de integração com estratégias do PNPSB

Diante dos diferentes contextos vividos em cada estado há muitos desafios a serem superados para que as instâncias de governança estaduais se consolidem como grupos efetivamente representativos dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares que trabalham com produtos da sociobiodiversidade. A seguir são analisados alguns dos principais desafios enfrentados pelos estados para a consolidação dessa proposta e são também apontadas possibilidades de integração com estratégias do PNPSB previstas em seu planejamento.

Desafios específicos: Acre e Rondônia

Os estados do Acre e Rondônia, além de outros estados prioritários para a cadeia de valor do babaçu, precisam de mais apoio e incentivo da Coordenação do PNPSB para a criação e/ou formalização de suas Câmaras da Sociobiodiversidade. É preciso apoiá-los para identificar e mobilizar os atores envolvidos nessas discussões e em projetos e iniciativas de fortalecimento das cadeias de

produtos da sociobiodiversidade. Isso já está previsto na meta 29¹ do planejamento 2011-2014 da Coordenação, e há, inclusive, ações específicas previstas para isso (ação 29.1²). A seguir são descritos alguns aspectos relevantes para o tema nos dois estados.

Acre

No Acre, existem, desde antes da criação do PNPSB, grupos informais para discussão sobre castanha-do-brasil e borracha. Eles reúnem representantes de órgãos governamentais, ONGs e empreendimentos produtivos, mas, por questões na articulação entre seus participantes, o grupo da castanha-do-brasil realizou a sua última reunião em setembro de 2010, durante o seminário sobre essa cadeia produtiva que aconteceu em Rio Branco. O grupo não conseguiu formalizar a instância de governança estadual até meados de 2011.

Há demandas e disposição de algumas dessas organizações (CTA, EMBRAPA, COOPERACRE, SEBRAE-AC) para promover, em conjunto com a Coordenação do PNPSB, a realização de uma oficina de trabalho entre os atores que já participam das discussões e outros convidados com o intuito de recomendar uma minuta para a criação da Câmara Estadual da Sociobiodiversidade a ser oficializada, através do ponto focal governamental, em decreto estadual. A proposição das linhas gerais de um plano de ação estadual integrado ao planejamento 2011-2014 da Coordenação do PNPSB também pode ser um dos resultados dessa oficina de trabalho.

O estado tem um histórico positivo em termos do fortalecimento da cadeia da castanha e conta com a principal central de cooperativas dessa cadeia no país – a Cooperacre – é necessário, no entanto, lidar com outros gargalos existentes no trabalho com os produtos da sociobiodiversidade do estado e se articular com iniciativas locais, criando a ponte entre os níveis micro, meso e macro. Estes são os principais motivos para fomentar a criação da Câmara Estadual da Sociobiodiversidade.

Rondônia

Em Rondônia a situação é ainda mais crítica, uma vez que, apesar da indicação de um ponto focal governamental em 2009, não houve representação do estado nos eventos promovidos pelo PNPSB. O Projeto RECA participou das feiras, mas também não conseguiu trazer o envolvimento governamental nas discussões relacionadas aos produtos da sociobiodiversidade.

Neste estado é necessário retomar o contato com o governo do estado, sensibilizando-o sobre a importância de sua participação no PNPSB e dos avanços alcançados até o momento. Além

¹ Meta 29: Ter a sociobiodiversidade em planos, programas, ações e com recursos previstos em 10 estados prioritários.

² Articular com os Estados a implementação das ações do PNPSB.

disso, é preciso identificar os atores governamentais, não-governamentais e os empreendimentos produtivos que podem fazer parte da Câmara da Sociobiodiversidade e promover uma oficina de trabalho para discutir este tema e as contribuições de cada um para um plano de ação estadual alinhado ao do PNPSB.

Aqui a participação da Coordenação do PNPSB será fundamental para modificar a situação atual, pois, ao contrário do Acre, este estado tem valorizado o agronegócio e vem investindo pouco seus recursos naturais. As iniciativas existentes em alguns empreendimentos têm um grande mérito, mas não são capazes de representar todo o extrativismo do estado. Ainda é necessário mapear as cadeias de valor locais, identificar seus gargalos específicos e inseri-las nas discussões com outros estados da Amazônia.

Desafios gerais

Os desafios tratados neste item afetam com maior ou menor intensidade todos os 6 estados prioritários para a cadeia da castanha-do-brasil no PNPSB. A maioria deles foi levantado durante o “2º. Encontro dos Pontos Focais do PNPSB” realizado entre 31 de maio e 1 de junho de 2011 em Brasília-DF, outros foram apontados nas reuniões feitas nos estados.

Para esta análise, os desafios foram classificados nas 3 categorias, definidas a seguir:

4. Desafios estruturais – são questões anteriores à existência da instância de governança estadual, ou que não dependem apenas de sua capacidade de deliberação para serem superadas.
5. Desafios de gestão – se relacionam ao funcionamento da instância de governança estadual em si.
6. Desafios de articulação – se relacionam às dificuldades trabalho em conjunto entre os membros da instância de governança estadual ou da integração destes com os grupos locais que representam as bases das cadeias de valor (GTs e APLs) ou com outras organizações relevantes para o tema no estado.

A tabela 2 organiza os 11 desafios identificados, de acordo com esta classificação. Para lidar com esses desafios é necessário levar em consideração que a abordagem que vincula os produtos da sociobiodiversidade e os povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares ao desenvolvimento sustentável é recente. Isso significa que, apesar desses produtos e dessas pessoas estarem historicamente ligadas entre si e serem parte de cadeias produtivas que movimentam a economia de algumas regiões e, em casos como o da borracha, no final do século XIX e início do

século XX, chegaram a ter representatividade na economia nacional, apenas a poucas décadas que se estabeleceu uma relação clara entre os produtos, as pessoas, o uso sustentável dos recursos naturais e seu papel na conservação desses recursos. Essa situação tem forte relação com os desafios estruturais e a falta de visibilidade e reconhecimento que a grande maioria dos produtos da sociobiodiversidade ainda sofre.

Diante disso, as câmaras estaduais da sociobiodiversidade precisam assumir um papel protagonista em suas regiões, assumindo a causa frente a todos os públicos e buscando formas de modificar a situação atual, precisam ainda construir as pontes entre os extrativistas e os tomadores de decisão em nível estadual e federal, de forma a superar os gargalos existentes nas cadeias de valor prioritárias em suas regiões.

Tabela 2 – Desafios gerais enfrentados nos estados

Desafios estruturais	Desafios de gestão	Desafios de articulação
1. Os extrativistas têm demanda reprimida por apoio	5. Falta de recursos para mobilização	9. Dificuldades de mobilização para participar das reuniões
2. Sociobiodiversidade ainda não é prioridade nos estados	6. Dificuldade de cumprir compromissos assumidos nas reuniões	10. Dificuldade de diálogo com os GTs e APLs
3. Falta de marco legal para fortalecer a sociobiodiversidade	7. Falta de recursos para realizar as ações	11. Dificuldade de diálogo com representações dos ministérios nos estados
4. Pouco conhecimento/dados sobre os produtos da sociobiodiversidade	8. Dificuldade de fazer o plano de ação estadual e de integrá-lo ao da Coordenação do PNPSB	

Para lidar com os desafios 1 e 2, cada estado precisa avaliar quais as estruturas públicas e privadas, governamentais e não-governamentais que estão disponíveis para serem usadas para superar os problemas das populações extrativistas. Muitas vezes, os problemas se iniciam na base e estão relacionados à falta de acesso às políticas públicas de promoção da cidadania – documentação básica, saúde, educação – em outros casos, o gargalo está na dificuldade em acessar o crédito e as políticas de apoio à comercialização e isso está intimamente relacionado à falta de assistência técnica

e extensão rural preparada para orientar os extrativistas e agricultores familiares sobre como conseguir a DAP e trabalhar com produtos da sociobiodiversidade.

Em vários estados, os órgãos de ATER pública estão sucateados: há poucos técnicos, equipamentos e veículos, não há concursos faz anos e a remuneração não é atrativa. Em outros há pessoal, mas não há capacitação ou interesse em dar orientação sobre produtos extrativistas.

As Câmaras Estaduais da Sociobiodiversidade, que em todos os estados contam com membros dos órgãos de ATER, precisam formalizar a sua posição para os governos estaduais apontando as oportunidades para modificar essa situação através dos editais do MDA para fortalecimento da ATER, das capacitações sobre boas práticas de manejo e outros assuntos relacionados ao extrativismo previstas pelo SFB e das ações previstas no planejamento 2011-2014 do PNPSB. Também é necessário fiscalizar, em conjunto com os movimentos sociais, qual o uso que o estado vem dando para os recursos previstos para ATER no PPA. E incluir no plano de ação de cada Câmara Estadual recursos para trabalhar o tema.

O desafio 3 envolve o ambiente institucional tanto em nível federal quanto estadual e também acordos entre estados quando se trata dos aspectos fiscais e tributários. Um recente estudo patrocinado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) apontou que não há incentivos fiscais e econômicos para que a castanha-do-brasil seja beneficiada e vendida no mercado interno brasileiro: é mais vantajoso exportá-la.

Por outro lado, o MT aprovou um benefício fiscal para as empresas que processam PFNM de origem do extrativismo vegetal – Resolução do CONDEPRODEMAT 014 de 03/11/2010 – e a isenção de ICMS para operações internas para alguns produtos nativos de origem vegetal – Convênio ICMS 123/2010.

Em relação à legislação ambiental e sanitária também há impasses e situações que vão desde a ausência completa de normas até a criação de regras tão rígidas que inviabilizam o acesso, uso ou beneficiamento do produto, por isso, o planejamento 2011-2014 da Coordenação do PNPSB prevê na meta 8: Elaborar proposta para as questões tributária, ambientais e sanitárias.

Tanto em relação aos aspectos fiscais quanto ambientais e sanitários, as Câmaras Estaduais da Sociobiodiversidade podem promover debates com os órgãos estaduais responsáveis e buscar alternativas para superar os impasses. Os casos de sucesso precisam ser compartilhados, verificando-se a possibilidade de replicação em outros estados.

O desafio 4 é, ao mesmo tempo, um reflexo e alimenta os outros desafios estruturais apontados, pois sem dados que mostrem a representatividade dos produtos e populações vinculadas

à sociobiodiversidade não se destinam recursos para eles e, com isso, se reduz o interesse por pesquisá-los, gerando um perverso círculo vicioso.

Por outro lado, a visibilidade internacional adquirida recentemente por alguns produtos como o açaí e as restrições comerciais sofridas pela castanha-do-brasil contribuem para modificar essa situação, mas ainda há muito a ser compreendido sobre diversos produtos. São necessárias pesquisas básicas e aplicadas nos diversos campos do conhecimento para encontrar soluções para os problemas de produção, orientar políticas públicas e conservar os recursos naturais.

As Câmaras Estaduais da Sociobiodiversidade têm um papel importante neste tema, uma vez que precisam incorporar os órgãos de pesquisa às suas discussões, apontando prioridades e problemas a serem estudados em cada local. Em alguns estados há, ainda, a possibilidade de influenciar as fundações estaduais de apoio às pesquisas, de forma que linhas específicas sejam criadas com as temáticas relevantes para a sociobiodiversidade local.

Em nível federal, a EMBRAPA, como parceira do PNPSB, tem participado e contribuído em diversos debates e aberto editais internos que contemplam os produtos da sociobiodiversidade.

O desafio 5 inicia o bloco dos “Desafios de Gestão”, ou aqueles relacionados ao funcionamento da instância de governança. Este desafio surge, normalmente, no início das operações da Câmara Estadual da Sociobiodiversidade, quando não há uma rubrica específica no orçamento para financiar as reuniões e viagens relacionadas, mas, num segundo momento, isso tem se resolvido seja com recursos governamentais, seja com rateios de despesas entre os membros.

O desafio 6, por outro lado, é mais complexo, uma vez que envolve o compromisso dos participantes da Câmara em realizar atividades, estudos, propostas nos períodos entre as reuniões, levando seus resultados para apreciação do grupo nas datas marcadas. Apesar de estar previsto em todos os Regimentos Internos, isso não tem sido cumprido em várias ocasiões, gerando atrasos nas discussões e problemas nos encaminhamentos. Algumas alternativas para lidar com isso são:

- (1) Implantar um sistema de monitoramento simples e transparente, no qual todos os membros possam acompanhar as atividades e sua evolução. A secretaria da Câmara fica responsável por alimentá-lo periodicamente com as informações vindas de todos os envolvidos em datas acordadas. A planilha de monitoramento pode ficar disponível num site/portal do governo, num e-groups ou em alguma ferramenta de rede social, por exemplo.
- (2) A criação das câmaras técnicas ou grupos de trabalho temporários ou permanentes para a discussão de temas relevantes também pode dar agilidade à execução das atividades e a apresentação de resultados, uma vez que as ações são definidas pelo próprio grupo e tendem a ter um caráter prático e objetivo, o que facilita o monitoramento.

O desafio 7 tem fortes vínculos ao desafio 8, pois quando não há um plano de ação estadual que integre as atividades dos diversos membros da Câmara corre-se o risco de duplicar ações e de desperdiçar recursos escassos. É importante compartilhar as informações sobre os planejamentos de cada órgão com foco no extrativismo e na sociobiodiversidade para identificar onde os esforços podem ser juntados e em quais áreas há lacunas, ou seja, não estão previstos investimentos pelo estado.

Também é necessário identificar que ações podem ser feitas em conjunto ou com apoio da Coordenação do PNPSB, de forma a alcançar metas previstas em nível estadual e no planejamento federal³. A elaboração do plano de ação estadual é uma prioridade, pois ajuda seus membros a visualizar os resultados concretos que seu esforço conjunto pode gerar, além de facilitar o monitoramento e a prestação de contas para a sociedade.

Os desafios de articulação estão bastante relacionados ao processo de consolidação da Câmara Estadual da Sociobiodiversidade, o que, em parte acontece com o tempo, mas que pode ser acelerado se houver um esforço permanente do órgão que coordena a câmara em animar os seus membros e estabelecer diálogos com os atores interessados no tema no estado com foco na superação dos gargalos que enfrentam as cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

O desafio 9 se relaciona à importância relativa dada ao tema pelos seus membros, por isso, é necessário que o calendário de reuniões seja definido com antecedência e aprovado em reunião, conforme previsto em todos os Regimentos Internos. Além disso, a elaboração e divulgação da pauta com antecedência, a solicitação de contribuições e a inclusão de convidados também facilita a mobilização e o envolvimento dos participantes com os temas em análise. O cumprimento das pautas propostas, com tempos adequados antes e durante as reuniões para discussão dos assuntos também motiva os membros a contribuírem.

A superação do desafio 10 é uma das principais razões de existência das instâncias de governança estaduais, pois uma de suas funções é, justamente, ser a ponte entre as demandas da base – povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares – e os órgãos estaduais e federais que podem buscar soluções e alternativas para lidar com elas. Por isso, é necessário que as Câmaras Estaduais da Sociobiodiversidade estabeleçam canais de comunicação com os grupos de trabalho e APLs focados nas cadeias de valor já existentes em seus territórios. Isso pode ser feito através de reportes dos escritórios locais de alguns de seus membros – órgãos de ATER, pesquisa e capacitação, normalmente, também fazem parte dos grupos locais – ou de componentes desses grupos serem

³ A ação 29.1.3 do planejamento 2011-2014 do PNPSB prevê o “Monitoramento da execução dos planos de ação estaduais”

convidados a participar das reuniões da Câmara Estadual para apresentar suas demandas periodicamente.

Em relação ao desafio 11, há situações diferenciadas entre cada estado e cada órgão federal, em todo caso, verifica-se que as representações desses órgãos são membros efetivos ou convidados previstos nos Regimentos das Câmaras de todos os estados prioritários para a castanha-do-brasil. De qualquer forma, a Coordenação do PNPSB já se comprometeu com ações para incentivar seus representantes a conhecer e contribuir com as Câmaras Estaduais da Sociobiodiversidade, conforme previsto nas ações 29.2⁴; 29.3⁵ e 29.4⁶ do planejamento 2011-2014.

3.4 Recomendações e Conclusões

A partir dessa análise é possível verificar que muitos avanços foram alcançados com vistas à criação das estruturas de gestão pelos estados e aumento da visibilidade do extrativismo e dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, percebe-se, no entanto, que ainda é necessário esforço para o fortalecimento dessas instâncias como órgãos representativos da sociobiodiversidade nos estados.

Apesar do aumento das ações integradas entre os atores sociais que estão nos níveis macro, meso e micro, através das câmaras, seminários, oficinas e reuniões realizadas em 2010, ainda é preciso que isso se reflita em resultados práticos com impactos nas cadeias de valor.

Os planos de ação estadual, na maioria dos casos, ainda precisam: ser construídos com base nos gargalos das cadeias identificados em seus mapeamentos; articular os recursos, programas e projetos já existentes direcionados à sociobiodiversidade nos diversos órgãos públicos e privados do estado; se integrar ao planejamento 2011-2014 da Coordenação do PNPSB, indicando as demandas e as ações onde é possível estabelecer cooperação. Para que isso aconteça, recomenda-se que as solicitações de apoio dos estados à Coordenação do PNPSB, sejam analisadas e atendidas, na medida do possível.

Recomenda-se, ainda, o acompanhamento das ações previstas nos planos estaduais por parte da Secretaria Executiva do PNPSB, incluindo essas informações no seu sistema de monitoramento, de forma a dar uma visão contínua do que vem acontecendo nos estados para a Coordenação do PNPSB. Isso pode ajudá-la a identificar como e quando contribuir com os estados para a construção de resultados perenes, que podem influenciar nas ações e decisões futuras.

⁴ Articular participação da Delegacia do MDA, INCRA e articuladores SDT nas instâncias de governança dos estados.

⁵ Articular participação do ICMBIO, SFB, IBAMA nas instâncias de governança dos estados.

⁶ Articular participação das SUREGs nas instâncias de governança dos estados.

A interação entre a Coordenação do PNPSB com os estados vem se fortalecendo, com o aumento da troca de informações, convites para participação em eventos estaduais relacionados à sociobiodiversidade, realização de seminários conjuntos e o interesse da maioria desses atores em serem membros da Câmara Nacional da Sociobiodiversidade. Um indicador desse fato foi a participação de 8 dos 10 estados convidados no 2º Encontro dos Pontos Focais do PNPSB. A manutenção desse relacionamento, o estímulo à integração e ao trabalho conjunto com o nível meso e nível micro são atividades primordiais ao alcance do objetivo do PNPSB.

No nível macro, recomenda-se que a Coordenação do PNPSB realize a agenda de reuniões bilaterais previstas no planejamento 2011-2014 com as instituições de caráter nacional chaves para o alcance das metas e resultados esperados como MAPA, ANVISA, EMBRAPA, SEBRAE, entre outras, com o intuito de retomar o trabalho conjunto e estender a articulação para as Câmaras Estaduais da Sociobiodiversidade.

Recomenda-se, ainda, o apoio da Coordenação do PNPSB ao Grupo de Trabalho da Castanha-do-Brasil do Acre para a formalização da instância estadual de governança e continuidade do trabalho conjunto que vinha sendo feito. Em Rondônia é necessário que a Coordenação do PNPSB estabeleça novamente os contatos com o governo estadual, inserindo-o nas discussões sobre a sociobiodiversidade e ressaltando o papel deste estado no tema.

Mais do que a constituição e formalização de estruturas de gestão nos estados, é fundamental que as organizações estaduais assumam seus papéis no fortalecimento da cadeia de valor da castanha-do-brasil e de outros PFNM. As Câmaras Estaduais da Sociobiodiversidade precisam: conhecer os gargalos dessas cadeias; identificar as oportunidades e recursos que elas podem aproveitar; promover o diálogo e as parcerias entre os diferentes elos dessas cadeias; superar preconceitos; e criar um ambiente positivo para a troca de experiências.

4. ANEXOS

Os seguintes documentos estão em arquivos anexos no CD que contém este produto:

- Regimentos Internos das Câmaras Estaduais da Sociobiodiversidade: AM, AP, MT, PA.
- Lista de Membros: AM, AP, MT, PA